

Pressão faz governo retirar MP 905 para não caducar

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, decidiu suspender a sessão virtual da Casa que ocorreria na segunda-feira (20). Havia uma remota possibilidade dos senadores votarem a Medida Provisória (MP) nº 905, da Carteira Verde e Amarela, que promoveria uma dura minirreforma trabalhista, com muitos benefícios para os patrões e muitos direitos a menos para os trabalhadores e trabalhadoras. Com a suspensão da sessão, o Governo Bolsonaro decidiu retirar a MP pois ela iria caducar e perder a validade.

Para a secretária-geral da CUT, Carmen Foro, o fim da MP 905 representa uma vitória da CUT, das demais centrais, dos trabalhadores e trabalhadoras e de todos aqueles que pressionaram os senadores para que não votassem mais essa medida de Jair Bolsonaro para retirar direitos da classe trabalhadora.

Para ela, apesar da vitória, será preciso enfrentar ainda, com firmeza, outras propostas deste governo, já que Bolsonaro anunciou em rede social que vai apresentar outra Medida Provisória, nos mesmos moldes da Carteira Verde e Amarela.

“Temos firmeza política sobre o que defendemos, de que lado estamos. A retirada da MP mostra que a CUT, as centrais, os movimentos sociais, populares e do campo da esquerda sabem de que lado estão. Estamos ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras”, conclui a dirigente.

[Leia em nosso site essa notícia completa escrita pela CUT Nacional](#)

Saiu na mídia

Em acordo com governo Bolsonaro, senadores aceitam arrochar salários do funcionalismo público

Segundo notícia de hoje (22) do portal www.brasil247.com, Governo e Senado articulam um novo projeto de lei para socorrer os estados e municípios durante a crise do coronavírus. O acordo anula Projeto de Lei aprovado na Câmara, congela salários de servidores por dois anos e suspende concursos públicos pelo mesmo período.

As negociações são encabeçadas pelo ministro Paulo Guedes (Economia) e pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). O acerto é uma revanche do governo contra a Câmara dos Deputados.

Justiça determina suspensão da cobrança do crédito consignado

Saiu no www.correiobraziliense.com que a Justiça Federal do DF determinou, no último dia 20, que os bancos suspendam por quatro meses a cobrança dos empréstimos consignados tomados pelos aposentados brasileiros. A medida tenta ajudar os idosos a enfrentarem a pandemia do novo coronavírus. Com a suspensão da cobrança do crédito consignado, os aposentados do INSS e do RPPS (Regime Próprio) não terão as parcelas negociadas com os bancos descontadas da sua aposentadoria nos próximos meses. E os bancos não poderão cobrar quaisquer juros ou multas por conta desse adiamento do pagamento.